

>

>Com a política de cotas, pela primeira vez a raça virou no Brasil uma

>entidade jurídica. Que impactos essa política pode ter sobre as relações

>raciais a longo prazo?

>

>FRY: Quando o Estado institui raça como critério para a distribuição de

>direitos, a tendência é de fortalecer a crença em raças e, em

>consequência, o racismo. O caminho de volta para uma ideologia a-racista

>se torna muito difícil de tomar. Em todos os lugares do mundo onde Estados

>seguram o caminho de racializar a legislação, as consequências foram

>nefastas. África do Sul e Ruanda talvez sejam os exemplos mais extremos e

>mais terríveis. Espero que a forte ideologia da mistura vença a longo

>prazo. Mas não sou otimista neste sentido.

>

>Você critica a agenda política do movimento negro, segundo a qual somente

>os negros podem falar dos seus problemas. Quais os perigos disso?

>

>FRY: Não me cabe criticar a agenda política do movimento negro. Estou

>tentando engajar a sociedade como um todo. Os movimentos de minorias mais

>bem-sucedidos são aqueles que conseguem angariar o apoio da sociedade como

>um todo, e transformar atitudes negativas em atitudes positivas. Os

>movimentos das mulheres e dos homossexuais são exemplos disso.

>

>Você considera que o Brasil está copiando o modelo americano de abordagem

>da questão racial, com a política de cotas e a ação afirmativa?

>

>FRY: Na verdade a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu contra as cotas

>per se. Apenas permite que se leve raça em consideração na alocação de

>vagas universitárias. Ao introduzir cotas, o Brasil inovou. Mesmo assim, o

>Brasil está mimeticamente falando de "raça", como se tivesse as mesmas

>características dos Estados Unidos, onde quem tem uma gota de "sangue

>negro" é considerado negro, e onde o pertencimento racial transmite

>valores, estilos e modos de vidas distintos. Por exemplo: existe nos EUA

>uma maneira de falar própria dos negros. Respondendo ao telefone, você

>sabe a "raça" de quem fala. Aqui se pode adivinhar talvez o gênero da

>pessoa, a sua região de origem e o seu grau de instrução apenas. Nunca a

>cor da sua pele ou a sua "identidade racial". Avaliar a política de cotas

>é tarefa muito difícil, e é cedo para dizer qualquer coisa. Eu apenas

>queria chamar a atenção para o fato de que as cotas instituem a existência

>de categorias raciais jurídicas: indígena, negro e não-negro (branco?).

>Devemos nos indagar sobre as possíveis consequências disso. Temo que isso

>acabe fortalecendo um Brasil imaginado não mais como país mestiço, mas

>como uma nação de raças estanques. Os mais otimistas pensam que o Brasil

>em nada mudará. Sou mais pessimista.

>

De:

"Juçiana O. da Cruz" <jcruz@ibase.br>
 <nllraci@uol.com.br>; <scarnei@uol.com.br>; <moroni@inesc.org.br>
 <rosana@actionaid.org.br>; "Barbara Salvaterra" <bsalvaterra@actionaid.org.br>;
 <stramos@candidomendes.edu.br>; <guacira.colgiao@cfemea.org.br>;
 <facirameio@uol.com.br>; "Fernanda Pompeu" <fpompeu@uol.com.br>;
 <llvsovik@terra.com.br>; <schuma@redh.org.br>; <iradj@terra.com.br>; "Mary
 Caetana" <mary@een.bahal.org.br>; <criola@criola.org.br>;
 <juremawerneck@criola.org.br>; <luciacxavier@criola.org.br>;
 <fonnes@dialogoscontraracismo.org.br>; <fernanda@ibase.br>; "Luciano"
 <icerqueira@ibase.br>; "Carmem" <carmem@ibase.br>; <theredia@ibase.br>;
 <dulce@ibase.br>; <msantor@ibase.br>; <maira@reboucasassociados.com.br>;
 <narebucas@reboucasassociados.com.br>;
 <marcelle@reboucasassociados.com.br>; "Regina Domingues" <regina@fase.org.br>;
 <Angela@dawn.org.br>; <silvia@soscorpo.org.br>
 segunda-feira, 20 de junho de 2005 11:26
 Fwd: O preconceito existe e pode matar

O preconceito existe e pode matar

Verena Alberti

A questão racial no Brasil não é simples. De um lado, temos a propalada "democracia racial", que faz parte de um projeto em certa medida bem-sucedido de construção de nossa identidade nacional. Nos anos 30, com Getúlio Vargas no poder, insistiu-se bastante na harmoniosa relação entre as raças que compunham a nação. Havia até um Dia da Raça, com direito a desfiles de crianças de colégio, enaltecendo a pátria e a raça brasileiras. Em 1939, Ary Barroso compôs "Aquarela do Brasil", nosso quase-hino nacional que louva a miscigenação (a aquarela, justamente). Mas essa mistura harmoniosa não era equânime: nesse momento, e nas décadas seguintes, era comum falar da "contribuição" do negro e do índio à cultura nacional. Como se o cerne da nação fosse o branco. O clássico "Casa-grande & senzala", de Gilberto Freyre, publicado em 1933, é um exemplo disso. Apesar do título, Freyre não se dedica propriamente à senzala. A "casa-grande" muitas vezes aparece como sinônimo de "Brasil", e seu proprietário, de "brasileiro": a ama negra, o negro velho, a mucama, a cozinheira "se sucediam na vida do brasileiro de outrora", diz Freyre.

Procurando denunciar o chamado "mito da democracia racial", surgiu, nos anos 70, o movimento negro contemporâneo. Há um ano, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) vem realizando entrevistas gravadas com lideranças desse movimento, em diferentes estados do Brasil, com o objetivo de constituir um registro de sua história e de trazer ao debate sobre a questão racial no Brasil a contribuição daqueles que optaram por atuar primordialmente nessa esfera. As entrevistas, ainda em fase de tratamento para serem abertas à consulta, possibilitam diferentes perspectivas de análise.

A despeito de a miscigenação racial ser uma das características mais valorizadas de nossa identidade nacional, não podemos negar que existe racismo no Brasil. O racismo é a ideia de superioridade de uma raça em relação a outra(s), e só se consubstancia porque uma raça se sente superior, e a outra se sente inferior. As entrevistas com lideranças do

O importante é a sociedade brasileira empenhar-se em encontrar caminhos que nos levem a uma efetiva democracia racial. Reconhecer as diferenças sem que haja “superior” ou “inferior” não significa renunciar à nossa identidade miscigenada.

VERENA ALBERTI é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, onde coordena o projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, que conta com a participação de Amílcar Araújo Pereira, aluno do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Uerj.

O movimento negro começou a ganhar corpo nos anos 1970, quando a cultura esta impregnada dessa lógica superior-inferior. Veja-se o relato de Justo Evangelista, nascido em 1935, vereador de Itapetininga, no Maranhão, na década de 1990: “Eu cheguei em Chapadinha, era um festejo, tinha um leilão e eu estava em pé, atrás de um deputado, no meio de muita gente. O cara que estava gritando no leilão me conhecia e disse: ‘Agora, para gritar o leilão tem um deputado e tem um vereador.’ O deputado olhou para trás, passou a vista por cima de mim assim, e nunca me enxergou. Porque era um negro. Ele nem imaginava que eu era vereador, porque não parecia mesmo vereador.” A “invisibilidade” do negro, que necessita do branco, talvez seja a forma mais recorrente com que se declara, em nosso país, sua “inferioridade”.

Muitos insistem que no Brasil não há preconceito de raça ou cor, e sim preconceito social: é o fato de a maioria dos negros ser pobre que explica o racismo. Proponho que avancemos um passo nessa reflexão: não importa a causa (admitamos que seja social), o fato é que ela produz o preconceito contra o afro-descendente. Preconceito que não só existe, como pode matar. De que morreu, em fevereiro do ano passado, o dentista negro Flávio Sant’Anna, em São Paulo? Suspeito de assalto, naquele momento ele não era “invisível”, mas uma ameaça (*Flávio foi assassinado com dois tiros no peito por policiais que o confundiram com um ladrão*).

E se vivêssemos em uma sociedade onde fosse comum haver dentistas, médicos, professores, engenheiros, juizes, diplomatas etc negros? Favorecer o acesso das populações mais pobres ao ensino superior não seria uma forma de “queimar etapas” nesse sentido? As entrevistas realizadas pelo CPDOC mostram que nem sempre as políticas de ação afirmativa, entre elas as cotas para ingresso na universidade, foram uma bandeira comum no movimento. Mas com o tempo, o debate suscitado pelas cotas acabou provocando aquilo que as lideranças almejavam desde o início: despertar a sociedade para a questão racial. Essa discussão é sem dúvida mais decisiva para o movimento do que as próprias cotas, vistas como medidas emergenciais e cuja aplicação deve ser aprimorada a cada nova experiência.